

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

[PORTARIA NFTCON N. 1, DE 07 DE JULHO DE 2017](#)

Promove a transferência de atividades das Varas do Trabalho ao Núcleo do Foro de Contagem, em adesão ao Projeto Superforo instituído pela Secretaria de Apoio Judiciário e dispõe sobre serviços e procedimentos a serem executados.

(DEJT/TRT3 11/07/2017, Cad. Jud., p. 5462-5463)

[PORTARIA NFTVAR N. 2, DE 4 DE JULHO DE 2017](#)

Dispõe sobre serviços e procedimentos a serem executados pelo Foro.

(DEJT/TRT3 11/07/2017, Cad. Jud., p. 5461)

[PORTARIA NFTVAR N. 3, DE 06 DE JULHO DE 2017](#)

Dispõe sobre serviços e procedimentos a serem executados pelo Foro.

(DEJT/TRT3 11/07/2017, Cad. Jud., p. 5462)

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

[RESOLUÇÃO CSJT N. 191, DE 30 DE JUNHO DE 2017](#)

Altera a redação da Resolução CSJT n. 182, de 24 de fevereiro de 2017, que regula o exercício do direito de remoção, a pedido, de Juiz do Trabalho Substituto entre Tribunais Regionais do Trabalho.

(DEJT/CSJT 10/07/2017, Cad. Adm., p. 4-5)

[RESOLUÇÃO CSJT N.192, DE 30 DE JUNHO DE 2017](#)

Dispõe sobre a política de concepção, manutenção e gestão dos sistemas corporativos nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação adotados pelos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

(DEJT/CSJT 10/07/2017, Cad. Adm., p. 2-4)

RESOLUÇÃO CSJT N. 193, DE 30 DE JUNHO DE 2017

Altera a Resolução CSJT n. 138, de 24 de junho de 2014, que dispõe sobre o estabelecimento de Núcleos de Pesquisa Patrimonial no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, define objetivos de atuação e dá outras providências.

(DEJT/CSJT 10/07/2017, Cad. Adm., p. 5-6)

RESOLUÇÃO CSJT N. 194, DE 30 DE JUNHO DE 2017

Altera a Resolução CSJT n. 140, de 29 de agosto de 2014, que dispõe sobre a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e dá outras providências.

(DEJT/CSJT 10/07/2017, Cad. Adm., p. 1-2)

RESOLUÇÃO CSJT N. 195, DE 30 DE JUNHO DE 2017

Anula a Resolução CSJT n. 168, de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre a implementação do percentual de reajuste de 13,23% referente à Vantagem Pecuniária Individual (VPI), aos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

(DEJT/CSJT 10/07/2017, Cad. Adm., p. 5)

Legislação Federal

LEI N. 13.464, DE 10 DE JULHO DE 2017

Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera as Leis n^{os} 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.887, de 18 de junho de 2004, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 11.539, de 8 de novembro de 2007, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 9.625, de 7 de abril de 1998, 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 12.404, de 4 de maio de 2011, 12.277, de 30 de junho de 2010, 12.800, de 23 de abril de 2013, 9.650, de 27 maio de 1998, e 10.876, de 2 de junho de 2004, e o Decreto-Lei n^o 1.437, de 17 de dezembro de 1975; revoga dispositivos das Leis n^{os} 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.328, de 29 de julho de 2016, 12.086, de 6 de

novembro de 2009, e 8.213, de 24 de julho de 1991, e o Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987.

(DOU 11/07/2017, Seção n. 1, p. 1-11)

[LEI N. 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017](#)

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

(DOU 12/07/2017, Seção n. 1, p. 1-16)

[INSTRUÇÃO NORMATIVA MPDG N. 4, DE 11 DE JULHO DE 2017](#)

Dispõe sobre o ressarcimento de gastos com bagagens despachadas em viagens a serviço, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

(DOU 12/07/2017, Seção n. 1, p. 94)